

A contribuição da Agricultura Familiar na geração de renda para pequenos agricultores do município de Aurora do Tocantins-TO

The contribution of family farming in income generation for small farmers in the municipality of Aurora do Tocantins-TO

Vangely Brito Reis¹
Josélia Batista Dias de Souza²
Manoel Soares de Aragão³

269

Resumo: O presente trabalho é resultado da pesquisa realizada no município de Aurora do Tocantins que foi desenvolvida com o intuito de investigar as contribuições da Agricultura Familiar para a geração de renda de pequenos agricultores do município. Tendo em vista que a agricultura familiar possibilita o consumo e a comercialização de alimentos mais saudáveis e sustentáveis e representa uma porta para a transformação de diversas famílias ao longo de todo o território nacional, é fundamental a criação de programas de incentivo por parte do governo e a adesão aos mesmos por parte dos produtores. Evidenciou-se, contudo, que apenas uma pequena parcela dos produtores recebe algum benefício de programas específicos de incentivo, porém, a maioria comercializa o que produz na feira organizada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. A metodologia adotada para a execução desta pesquisa foi de caráter exploratório, através de revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com agricultoras do município.

Palavras-chave: Agricultura, Agroecologia, PRONAF.

Abstract: This article is the result of research carried out in the municipality of Aurora do Tocantins and was developed with the aim of investigating the contributions of Family

¹ Graduado do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia pela Universidade Estadual de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6877-7613> E-mail: vangelyreis@gmail.com

² Mestra em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e Mestra em Gestão e Auditoria Ambiental, Universidad Internacional Iberoamericana (UNIB). Administradora, Servidora Municipal (âmbito do SUS). Atuou como Docente Substituta na Universidade Estadual de Goiás na área de administração. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3976-7343> E-mail: joseliabd@gmail.com

³ Docente Titular e Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Estadual de Goiás. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção - PY e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Campos Belos-GO, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8733-9211>, e-mail: aragao132015@gmail.com

Recebido em: 20/06/2025

Aprovado em: 18/12/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Agriculture to the income generation of small farmers in the municipality. Considering that family farming enables the consumption and commercialization of healthier and more sustainable foods and represents a door to the transformation of several families throughout the national territory, it is essential to create incentive programs on the part of the government and to adhere to them by the producers. It was evident, however, that only a small portion of producers receive some benefit from specific incentive programs, however, most sell what they produce at the fair organized by the Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. The methodology adopted for carrying out this research was of an exploratory nature, through a literature review and semi-structured research with female farmers in the municipality.

Keywords: Agriculture, Agroecology, PRONAF.

270

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática a Agricultura Familiar. Assim, esta pesquisa delimita-se da seguinte forma: A contribuição da Agricultura Familiar na geração de renda para pequenos agricultores do município de Aurora-TO.

De que forma a Agricultura Familiar contribui para a geração de renda às famílias de pequenos produtores de Aurora/TO? Com isso, acredita-se na hipótese de que a Agricultura Familiar ajuda a gerar renda através do acesso dessas famílias ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O presente estudo tem como objetivo geral investigar como a Agricultura Familiar contribui para a geração de renda a pequenos agricultores e suas famílias no município de Aurora-TO.

E os objetivos específicos consistem em: levantar à luz da literatura aspectos conceituais, históricos, agroecológicos e econômicos da Agricultura Familiar no Brasil; identificar junto aos agricultores as atividades e práticas que realizam na agricultura familiar; e caracterizar junto aos agricultores as formas de ganhos obtidos por eles e suas famílias por meio das atividades de Agricultura Familiar.

De antemão, comprehende-se que a Agricultura Familiar de fato tem como foco a produção de alimentos entre os familiares especialmente porque tal relação serve para trazer sustentação à sua estrutura e ao seu empoderamento social, sendo, esse modo de produzir, relevante até mesmo por representar as lutas e as conquistas do povo do campo ao longo da história brasileira.

Destarte, ao estudar este tema no contexto da cidade de Aurora-TO se estará tendo a oportunidade de evidenciar a Agricultura Familiar como um fenômeno social, que além de fazer parte do cotidiano em muitas comunidades rurais, precisa ser cada vez mais explorado nas

investigações científicas justamente para que venhamos conhecer muito mais sobre a sua abrangência na sociedade. É ainda importante construirmos novos conhecimentos que sirvam de futura base de informação para demais pesquisadores que visam aprofundar neste assunto.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Realizou-se uma pesquisa do tipo exploratória, tendo abordagem qualitativa, de modo a se aplicar quanto aos procedimentos a pesquisa bibliográfica em outros estudos já publicados em artigos, monografias, dissertações e teses, além de livros; e na sequência fez-se a pesquisa de opinião que possibilitou a coleta de dados primários junto a pequenos produtores integrantes da Agricultura Familiar no município de Aurora/TO.

O município de Aurora está localizado no estado de Tocantins, é constituído por 3.809 habitantes, tendo sua densidade demográfica calculada em 4,58 hab/km², é compreendido por uma área de 696,194 km², tendo um índice de escolarização de crianças entre 06 e 14 anos estimada em 97,9%, já o seu IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,677, o seu PIB per capita encontra-se em R\$ 12.477,89 (IBGE, 2022).

Este estudo teve como participantes 03 pequenas agricultoras que atuam na agricultura familiar no município de Aurora do Tocantins-TO. Quanto às informações socioeconômicas dos entrevistados neste estudo obteve-se que a renda mensal dos mesmos está estimada entre um e três salários mínimos. Até a data da realização da pesquisa o valor do salário mínimo vigente no Brasil é de R\$1.212,00. Cumpre destacar que por respeito a princípios éticos os dados dos participantes foram mantidos em sigilo, portanto, os seus nomes reais não serão identificados. O estudo em questão foi realizado do mês de março a novembro de 2022, incluindo o embasamento teórico e a parte de levantamento primário (pesquisa de opinião).

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 Conceituações e histórico da Agricultura Familiar no Brasil

No Brasil, a Agricultura representa uma significativa fonte de renda para a população, além de ser uma área exponencial no que tange à exportação. Como uma vertente da Agricultura, tem-se a Agricultura Familiar, esta que possui entre suas características definir as atividades agrícolas desempenhadas em menor escala, contando em sua maioria com a mão de obra dos próprios membros da família.

Em princípio comprehende-se que a agricultura, por sua vez:

[...] é uma atividade que possui um amplo cenário com diversas abordagens, discussões e compreensões. A agricultura familiar pode ser conceituada como a produção agrícola em que o produtor rural se utiliza de métodos de cultivo para garantir a sua subsistência, podendo ainda comercializar parte de sua produção proveniente da área que é administrada por sua própria família (Back, 2021, p. 14).

Desse modo, comprehende-se que a agricultura familiar tem em sua finalidade o foco de produzir alimentos de forma não comercial e comercial. No primeiro caso, em escala subsistente, ou seja, para gerar a alimentação para os integrantes do núcleo de dada família, e, no segundo caso, com o propósito de garantir renda para suprir outras necessidades.

E ainda, de acordo com Wanderley (1999, p. 23) *apud* Vinciguera (2014, p. 9) é possível definirmos a agricultura familiar como sendo:

Aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descriptivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Com isso, o aspecto família em parte soa como empoderamento das composições familiares no seio rural, mas por outro lado, traz dilemas relacionados ao acesso a algumas políticas de incentivo, especialmente quando há exigências capazes de fazer com que o não atendimento a tal estrutura interfiram negativamente.

Já conforme o Censo Agropecuário de 2017, o Brasil possuía na época um total de cinco milhões de pequenas propriedades rurais, o que representava 77% dos estabelecimentos que realizam a produção agrícola no país (IBGE, 2017).

Deve-se ainda considerar que “a agricultura familiar apresentou melhorias nos últimos anos, diminuindo a imagem precária que se tinha com relação a esta tipologia econômica” (Vinciguera, 2014 *apud* Back 2021, p.14).

De acordo com Carneiro (1999, p.329) *apud* Vinciguera (2014, p. 9) tem-se que a:

Agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados. [...] podemos afirmar que tanto o trabalho quanto a produção e a família estão interligados entre si, uma vez que os proprietários são os mesmos que administram e produzem.

Portanto, neste processo há uma dinâmica de interação e solidariedade entre os membros de uma família que trabalham de forma a exercerem a gestão participativa e colaborativa da unidade de produção onde estão inseridos.

Já no que toca ao contexto histórico, entende-se que no Brasil a Agricultura Familiar obtém o seguinte percurso:

[...] os primeiros registros da agricultura familiar aconteceram na região nordeste do país durante o século XVI, marcada, sobretudo, pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, sendo que algumas características originárias ainda persistem, além de alguns problemas que nunca foram solucionados (Wanderley, 1999 *apud* Vinciguera, 2014, p. 10).

273

Esse aspecto apontado por Wanderley (1999) pontua para o fato de que apesar da AF ter sido iniciada na região nordeste, pouco esforço foi realizado em primeiro instante para que o seu desenvolvimento acontecesse em favor daqueles que a praticavam nesta região.

Ainda sobre o aspecto histórico compreende-se que:

A agricultura familiar brasileira apresenta várias conformações e origens e tem uma história pujante. Ultimamente, porém, o aspecto legislativo dado pelo Estado é que está caracterizando e delimitando conceitualmente o que se considera como agricultura familiar. Deve-se levar em conta, porém, que o mesmo Estado que atualmente delimita a agricultura familiar em busca de inseri-la no mercado foi o que no passado a renegava e atualmente apenas a considera parcialmente (Rambo; Tarsitano; Laforza, 2016, p. 95).

Dados esses apontamentos de Rambo, Tarsitano e Laforza (2016) é perceptível a crítica em torno da concepção que é sustentada pelo Estado brasileiro no que tange à Agricultura Familiar, pois, através desses autores entende-se que não se pode limitar esta expressão meramente à prática econômica ou subsistente de um núcleo familiar, mas é preciso pensá-la sob um ponto de vista transformador da história da sociedade, haja vista a sua complexidade e influência na formação deste país.

3.2 A agricultura familiar na agroecologia e na economia brasileira

Dentre as características da agricultura familiar pode-se mencionar o seu caráter sustentável, tendo em vista o menor uso de produtos e técnicas de plantio agressivas ao meio ambiente. Alinhados a esse pensamento, estão os conceitos estabelecidos pela agroecologia.

Assim, no que toca à agroecologia no âmbito da agricultura, tem-se que:

No Brasil a agroecologia é uma prática cuja aceitação tem sido crescente, pois se insere como uma das alternativas de combate à degradação ambiental e a pobreza, tornando-se um novo paradigma de produção eficiente. A agroecologia valoriza a preservação ambiental e a produção tradicional do pequeno produtor rural. (Martinelli; Martins; Binotto, 2016, p. 2).

Portanto, é possível ter a compreensão de que a Agroecologia terminou por alinhar-se e ao mesmo tempo por fortalecer em muito a concepção de uma Agricultura Familiar mais sustentável.

A agroecologia tem sido uma prática constante nos países desenvolvidos, já no Brasil essa temática é recente [...]. Nos países desenvolvidos como os Estados Unidos, a ênfase da agroecologia iniciou-se com uma visão mais científica, já no Brasil essa temática foi marcada por movimentos sociais favoráveis à agricultura alternativa. Desta modo, a agroecologia objetiva um mercado alternativo e a realidade do agricultor familiar é compatível com essa temática, pois envolve a “possibilidade de sustentabilidade para o meio rural, por dispor de estratégias compatíveis com aquelas utilizadas pela agricultura familiar (Martinelli; Martins; Binotto, 2016, p. 2).

Com isso, nota-se que mesmo na realidade de países desenvolvidos considerados altos poluidores ambientais a Agroecologia tem sido base metodológica para a construção de um modelo de produção agrícola mais preocupado com o meio ambiente, a partir do qual se tem a AF como um dos principais campos de intervenção (Back, 2021).

Por outro lado, sobre o envolvimento do Poder Público em favor da agricultura familiar, considerando a importância do seu desenvolvimento para a alimentação sustentável, destaca-se que:

A atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) junto aos agricultores e agricultoras familiares brasileiras ocorre desde muito tempo, sendo intensificado a partir do início dos anos 2000. Tal situação ocorreu por conta da operacionalização de importantes políticas públicas voltadas para o setor, tais quais: o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), o Programa de Vendas em Balcão (ProVB) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). As ações citadas fizeram com que a Conab se apropriasse de um grande número de informações e passasse a ser uma instituição de referência sobre o setor (CONAB, 2021, p. 7).

Assim, de acordo com a Conab (2021) não se pode negar a relevância da agricultura familiar para a economia do Brasil, daí o empenho por políticas de incentivo e valorização deste mercado cada vez mais promissor.

Conforme identifica-se no artigo 3 da Lei Federal nº 11.326, promulgada em 24 de julho de 2006, é considerado como um agricultor familiar, bem como empreendedor familiar rural o indivíduo cuja atividade desenvolvida no contexto rural venha atender de modo simultâneo os requisitos a seguir:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; [...].

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006, p. 1).

275

Tais incisos apontam para alguns critérios que servem para identificar legalmente o agricultor familiar. Contudo, partindo de reflexões de Queiroz e Costa (2015), apesar de haver uma relevância de se ter este marco legal para o fortalecimento de políticas para tal setor na sociedade, percebe-se que em partes esses aspectos reduzem e limitam a atuação do pequeno agricultor, de modo que, por exemplo, aqueles que não atendem a tais requisitos podem ser prejudicados no acesso a políticas como a do PRONAF, tão relevante para o desenvolvimento rural.

Inclusive, cumpre frisar que em estudo desenvolvido por Lourenço (2021) concluiu-se que 94% dos produtores rurais entrevistados em sua pesquisa reconheceram que o PRONAF trouxe-lhes algum benefício no que toca ao crédito e à geração de renda familiar, o que demonstra a relevância deste tipo de política pública no que tange à transformação social na vida de povos campesinos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Atividades e práticas dos agricultores na agricultura familiar do local

Com base nas respostas obtidas acerca das atividades e práticas da agricultura familiar realizadas pelas entrevistadas no município de Aurora-TO, observaram-se que o cultivo de hortaliças, verduras, legumes e frutas é predominante, entretanto, as técnicas utilizadas para o manejo da terra distinguem-se, conforme falas a seguir:

Cultivo hortaliças, verduras, legumes, frutas e também o cultivo batata doce, amendoim, açafrão, cana e outras culturas que fazem parte da Agricultura familiar. (**Entrevistada 1**).

A minha vantagem é que eu cultivo produtos que tanto em Aurora do Tocantins e mesmo na região não se tem o costume de cultivar como: melões, brócolis, couve flor, dentre outros. A desvantagem e a desvalorização dos produtos. (**Entrevistada 3**).

Tal aspecto, quando comparado ao que foi identificado no estudo de Lourenço (2021) retrata diferenças, levando a entender que o tipo de atividade pode variar de um lugar para o outro, ou de um produtor para o outro, de modo que este autor obteve que numa propriedade do estado de Minas Gerais a produção de leite e derivados era predominante na agricultura

familiar, vindo a representar 30% do desempenho produtivo, ao passo que o cultivo de hortaliças e frutas chegava a 17% da produção realizada neste local.

Outro aspecto, é que a entrevistada número 1, por exemplo, utiliza estufa, que permite um maior controle acerca das condições climáticas e consequentemente a manutenção da produção durante todas as estações, as outras duas não fazem uso desta ferramenta, inclusive a entrevistada número 3 realiza o plantio durante o ano todo, sem utilizar entre outros um calendário agroecológico, aspecto que ajuda a perceber a importância de que neste método de trabalho ocorra o investimento em tecnologias e em conhecimentos que potencializam a produção e a sustentabilidade das práticas inerentes (Vinciguera, 2014).

A respeito das vantagens e desvantagens encontradas pelas entrevistadas cada uma delas pontuou um aspecto específico, contudo, as vantagens abrangem, de modo geral, a possibilidade de oferecer produtos orgânicos para a população local e região. Já as desvantagens apontadas foram: a desvalorização do produto referente a seu preço comercial e, para a entrevistada número 2, que não possui estufa, as condições climáticas, como o período de seca (entre os meses de abril e setembro), afetam diretamente a produção. Portanto, trata-se de limites e possibilidades que acompanham a realidade de comunidades de agricultores familiares em várias partes do Brasil, o que releva a importância da ênfase em políticas como a do PRONAF que podem oportunizar melhorias nas atividades desempenhadas (Lourenço, 2021).

4.2 Os ganhos oriundos da Agricultura Familiar na comunidade

No que tange aos ganhos obtidos pelas famílias por meio das atividades de Agricultura Familiar a pesquisa realizada permitiu constatar que entre os principais benefícios estão: a possibilidade de se alimentar de forma mais saudável e natural, tendo em vista que os mesmos estão diretamente envolvidos em todos os processos, atestando assim a qualidade dos materiais que são utilizados para o cultivo; e a geração de renda responsável por suprir em algum nível as demandas financeiras dos membros da família. Esse aspecto ajuda a sustentar que a agricultura no campesinato brasileiro sempre esteve associada tanto à subsistência alimentar quanto à geração de renda, sendo importante a condução de processos que estimulem a sua valorização e emancipação do sujeito do campo (Wanderley, 1999).

Acerca da comercialização dos produtos, todas as participantes afirmaram realizar esse processo individualmente, oferecendo as mercadorias de porta em porta, e na feira que ocorre quinzenalmente no município, organizada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do

Tocantins. Entre as entrevistadas, apenas a entrevista número 3 participa de algum programa de incentivo à agricultura familiar. Tais fatos demonstram que a agricultura familiar no município de Aurora ainda requer maior organização coletiva, ou seja, trabalhos a partir de associativismo para fortalecer àquelas famílias que exercem tal atividade, ao mesmo tempo em que é urgente que essas sejam esclarecidas e direcionadas a buscarem por políticas agrícolas que venham assistir aos seus anseios formativos e produtivos (Lourenço; 2021; Queiroz; Costa, 2015).

Enfim, no que se refere aos desafios enfrentados pelas agricultoras, mencionou-se principalmente a falta de incentivo governamental e também a falta de apoio dos comerciantes locais que possuem supermercados, por exemplo, e não realizam a compra direta, conforme observa-se nas falas seguintes:

Falta de incentivo, por parte dos governantes, falta de investimentos dos mesmos. (**Entrevistada 3**).

Locomoção dos produtos, e falta de compromisso das pessoas dos comércios local que ajuda com a compra direta da produção da agricultura familiar. (**Entrevistada 1**).

Esses detalhes trazidos em torno da carência de incentivos governamentais e de parcerias comerciais apontam para a necessidade de que ocorra maior empenho do poder público deste município especialmente para estimular e incentivar o associativismo e outras práticas que fortaleçam os arranjos produtivos locais. Enfim, a agricultura familiar precisa ser reconhecida como instrumento de desenvolvimento social, de modo que esta receba o devido apoio e colaboração de todos os setores possíveis nos ambientes onde esta acontece.

CONCLUSÃO

A Agricultura Familiar tem se mostrado cada vez mais como uma possibilidade de aquisição de renda e uma opção para a comercialização de alimentos saudáveis que são produzidos de maneira mais sustentável.

Com base na pesquisa realizada foi possível identificar quais as contribuições da agricultura familiar para a geração de renda de pequenos produtores no município de Aurora do Tocantins, bem como foi possível compreender quais os desafios ainda são encontrados por esses empreendedores.

O principal incentivo apontado pelos participantes da pesquisa foi a realização da feira que ocorre quinzenalmente no município e é organizada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. Para a amostra estudada, a agricultura familiar representa a única fonte de

renda e permite com que as agricultoras obtenham uma renda mensal de aproximadamente um a três salários mínimos, como respondido no questionário socioeconômico aplicado no momento da entrevista, mas observa-se que a realidade pode melhorar por práticas associativistas.

Portanto, tendo em vista que existem diversos fatores internos e externos capazes de influenciar na produção e na venda dos produtos, há a necessidade geral de um maior contato com os programas de incentivo oferecidos pelos órgãos governamentais e que podem representar uma significativa ferramenta para a ampliação da renda das agricultoras.

278

REFERÊNCIAS

BACK, Matheus Willian. **Agricultura familiar – um estudo de caso de uma família rural no município de Medianeira – PR.** Trabalho de Conclusão de Curso. São Miguel do Iguaçu: FAESI, 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre agricultura familiar** [recurso eletrônico]: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados à agricultura familiar. Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, 234p.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Brasília, 2006.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Boletim da Agricultura Familiar**, v.1, n.1, 34p, Brasília: Conab, 2021a.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Boletim da Agricultura Familiar**, v.1, n. 3, Brasília: Conab, 2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aurora do Tocantins.** Código: 1702703. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/aurora-do-tocantins.html>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LOURENÇO, Marco Antônio Moreira. **O PRONAF e a geração de renda dos agricultores familiares de São Geraldo-MG.** Monografia. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG: UFV, 2021, 56 p.

MARTINELLI, Gabrielli Carmo; MARTINS, Luiz Cândido; BINOTTO, E. Agroecologia e agricultura familiar a partir de um estudo bibliométrico nas bases de dados nacionais. In: **II Seminário de Agroecologia do Rio Grande do Sul**, 16 a 19 de novembro de 2016.

QUEIROZ, Lívia Insidia da Silva; COSTA, Vanesca Carvalho. Política nacional de assistência técnica e extensão rural: Um Caminho para Emancipação da Agricultura Familiar. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Anais...** Maranhão, 25 a 28 de agosto de 2015.

RAMBO, José Roberto; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo; LAFORGA, Gilmar. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais.** Alta Floresta, MT, UNEMAT, v.14, n.1, p.86-96, 2016.

VINCIGUERA, Ana Paula. **Agricultura Familiar – Uma Análise do Pequeno Produtor Rural no Município de Assis/SP.** Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA - Assis, 2014, 33p.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** 2 a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.